

**“ONDE EU CHEGO, EU FALO QUE SOU DA FAVEIRA”: O PROCESSO DE
AUTORRECONHECIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAVEIRA, SÃO
JOÃO DOS PATOS/MA (2012-2021)**

Mailson David Brito De Sousa ¹

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI),
Campus Dra. Josefina Demes, sob orientação da professora Dra. Gabriela Berthou De Almeida.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo investigar o processo de autorreconhecimento da Comunidade Quilombola Faveira, situada em São João dos Patos, no Estado do Maranhão, entre 2012 e 2021, procurando definir os espaços, agentes e as estratégias de organização da luta coletiva. A pesquisa, que se baseia principalmente em relatos orais dos moradores, busca compreender como as memórias coletivas (Pollak, 1989) da comunidade têm sido mobilizadas para o fortalecimento da(s) identidade(s) quilombola(s) e na garantia de direitos constitucionais. Utilizando a metodologia da história oral (Alberti, 2005), procuramos recuperar fragmentos das trajetórias pessoais e coletivas, com ênfase na resistência e na luta pela preservação dos modos de vida e reconhecimento do território. Em diálogo com autores como Clóvis Moura, Flávio Gomes, Kabengele Munanga e Beatriz Nascimento compreendemos os quilombos como espaços de resistência ao sistema escravista, mas também como lugares de resistência, construção de sociabilidades e reafirmação das identidades ao longo do tempo.

Palavras-chave: Autorreconhecimento; Comunidade Quilombola Faveira; memória coletiva; São João dos Patos/MA.

Abstract:

This article aims to investigate the self-recognition process of the Faveira Quilombola Community, located in São João dos Patos, in the State of Maranhão, between 2012 and 2021, seeking to define the spaces, agents, and strategies for organizing the collective struggle. The research, which is mainly based on oral accounts from residents, seeks to understand how the collective memories (Pollak, 1989) of the community have been mobilized to strengthen Quilombola identity(ies) and guarantee constitutional rights. Using the methodology of oral history (Alberti, 2005), we sought to recover fragments of personal and collective trajectories, with an emphasis on resistance and the struggle for the preservation of ways of life and recognition of the territory. In dialogue with authors such as Clóvis Moura, Flávio Gomes, Kabengele Munanga, and Beatriz Nascimento, we understand quilombos as spaces of resistance to the slave system, but also as places of resistance, construction of social relationships, and reaffirmation of identities over time.

Keywords: Self-recognition; Faveira Quilombola Community; collective memory; São João dos Patos/MA.

1. Introdução:

Segundo os relatos orais, foi no ano de 1881 que Bernarda Ribeiro Lima se estabeleceu no local onde a Comunidade Quilombola Faveira está hoje situada. A partir de sua presença, ao longo dos anos, foi sendo construído um espaço compartilhado de resistência e preservação da identidade quilombola. A comunidade

enfrentou mais de um século de lutas até ser certificada pela Fundação Palmares, em 2021. Esse marco é resultado de um longo processo de reivindicação, essencial para garantir os direitos quilombolas, entre eles o direito à terra e valorizar suas culturas e identidades. De acordo com a pesquisa feita por Bernardes, Nascimento e Mendonça:

Os moradores da Comunidade Quilombola Faveira, situada na região leste maranhense, desde o final do ano 2000 vêm se organizando com o objetivo de buscar seu reconhecimento como território quilombola. O grupo, através de mediadores confessionais, sindicalistas, pesquisadores, dentre outros, busca seu reconhecimento como quilombolas, em especial frente ao poder público e à população regional, enfatizando a especificidade de sua origem sociocultural inscrita na memória social e nas relações cotidianas, bem como a sua participação no processo histórico de ocupação da região. (BERNARDES; NASCIMENTO; MENDONÇA, 2019, p. 3).

É sobre o processo de autorreconhecimento e de certificação que nos debruçamos na pesquisa, sendo nosso objetivo central definir os espaços, agentes e as estratégias de organização da luta coletiva. A Fundação Cultural Palmares, criada pela Lei nº 7.668/1988, tem desempenhado um papel essencial no reconhecimento, certificação e promoção dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil, garantindo-lhes visibilidade e acesso a políticas públicas (BRASIL, 1988). A certificação é mais do que um título formal: é a reafirmação de uma trajetória histórica e cultural, além de abrir portas para avanços em educação, infraestrutura e valorização. Assim, esse processo contribui para fortalecer a luta por justiça social e equidade.

Meu interesse pelo tema nasceu do vínculo que mantenho com a comunidade da Faveira e do fato de eu ser natural de São João dos Patos, compartilhando proximidade geográfica e social com essa realidade. Esse interesse foi intensificado durante minha formação na graduação em História, quando, em diálogo com uma das lideranças locais, pude conhecer mais profundamente a riqueza histórica e os desafios enfrentados pela comunidade. Essa interação despertou em mim o desejo de contribuir para a preservação e valorização da memória coletiva da Faveira, reconhecendo-a como um marco de resistência no contexto afro-brasileiro. O estudo reflete um compromisso ético com as histórias e vozes que compõem a comunidade.

A pesquisa se fundamenta, sobretudo, na utilização da história oral como metodologia central, por entender que as memórias, relatos e narrativas dos sujeitos da comunidade são fontes históricas fundamentais para a construção do

conhecimento histórico sobre a Comunidade Quilombola Faveira. É importante reconhecer que, ao trabalhar com a história oral, lidamos não apenas com registros de fatos, mas também com as experiências, percepções e significados que os sujeitos atribuem aos eventos vividos e transmitidos entre gerações. As lacunas, incertezas e até contradições presentes nos relatos orais, como, por exemplo, a condição de Bernarda no momento de sua chegada à comunidade, se era ainda escravizada, livre ou liberta, não são vistas como limitações, mas como elementos constitutivos da própria memória social.

Esses silêncios e incertezas revelam lacunas comuns nas memórias, mas também marcas de apagamento e violência que atravessam a trajetória dos povos quilombolas no Brasil. Assim, este trabalho reconhece e valoriza a memória coletiva como uma ferramenta legítima de produção de conhecimento histórico, fundamental para compreender os processos de luta, resistência e afirmação identitária da Comunidade Quilombola Faveira. Conforme Verena Alberti (2005), as entrevistas no campo da História Oral possuem valor de documento e sua interpretação deve buscar compreender o que elas efetivamente documentam, levando em consideração os sentidos, as subjetividades e os contextos que caracterizam os relatos.

Do ponto de vista teórico, são importantes as considerações de Michael Pollak (1989), o qual considera que as memórias estão diretamente ligadas à construção das identidades dos indivíduos e dos grupos. Ele destaca que a memória não é neutra, mas marcada por relações de poder, disputas e seleções do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. Por outro lado, para as comunidades tradicionais, assim como quilombolas, a memória é o principal instrumento de resistência e reafirmação identitária.

No caso da Comunidade Quilombola Faveira, a preservação das narrativas orais, das tradições e da ancestralidade afrodescendente fortalece o sentimento de pertencimento e luta contra processos de apagamento histórico. Pollak também trabalha com a ideia de "memória subterrânea", que se refere à memória de grupos que enfrentaram perseguição ou exclusão, sendo preservadas muitas vezes de forma velada, nas práticas cotidianas e por meio da oralidade. Isso se aplica diretamente à realidade quilombola, onde muitas das suas histórias não estão

registradas oficialmente, mas são transmitidas entre as gerações como forma de resistência.

Para a realização desta pesquisa, foram feitas entrevistas com quatro pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a Comunidade Quilombola Faveira. O primeiro entrevistado foi Matheus Silva, atual líder comunitário, nascido em 21 de julho de 1997. Embora resida na zona urbana da cidade de São João dos Patos, Matheus preserva uma relação estreita com a Comunidade Quilombola Faveira, exercendo um papel central na articulação política e na busca por melhorias coletivas. Atua profissionalmente no setor comercial da cidade, conciliando seu trabalho com o engajamento comunitário. Matheus é filho de Francisca Silva de Sousa, que também foi líder comunitária. Após o falecimento de sua mãe, ele foi escolhido pelos moradores para assumir a liderança, em reconhecimento à sua dedicação e ao compromisso com os valores e lutas históricas da comunidade.

O segundo entrevistado foi o senhor Domingos Carlos de Oliveira, nascido em 5 de abril de 1953, com 73 anos de idade na ocasião da entrevista. Residente da comunidade desde o nascimento, Domingos dedicou grande parte de sua vida ao trabalho agrícola, exercendo a atividade de lavrador. Sua trajetória representa uma memória viva das transformações socioeconômicas e culturais ocorridas ao longo das décadas, além de expressar os modos de vida comunitário que persistem na comunidade.

A terceira entrevistada foi Dona Elisângela de Souza Matos Lima, nascida em 13 de julho de 1979, que até o momento desta entrevista se encontra como atual tesoureira da Associação Rural dos Quilombolas da comunidade faveira. A Dona Elisângela reside na cidade de São João dos Patos, ela tem se destacado pelo seu envolvimento institucional em pautas relacionadas à promoção da equidade racial e à valorização das comunidades quilombolas, com ênfase na defesa dos direitos da Comunidade Faveira.

O quarto entrevistado desta pesquisa foi o senhor Anastácio Carlos de Oliveira, de 62 anos, nascido e criado na Comunidade Quilombola Faveira, onde exerce a atividade de agricultor. Participa de maneira ativa dos processos relacionados às lutas e conquistas da comunidade, estando envolvido desde o início no processo de certificação quilombola. Entre os anos de 2019 e 2023, atuou como vice-presidente da associação e, nesse período, também assumiu a presidência

interina. Atualmente, ocupa a função de secretário, conciliando suas responsabilidades comunitárias com a rotina dividida entre a Faveira e sua residência na cidade. Sua atuação evidencia um compromisso contínuo com a defesa dos interesses coletivos e reforça seu papel como liderança, cuja influência tem sido fundamental para a organização interna e para a valorização da memória e da identidade quilombola da comunidade.

Essas entrevistas permitiram um olhar sensível sobre a trajetória histórica, os desafios e as estratégias de resistência e reafirmação identitária dos moradores da comunidade. Ressalta-se que, ao longo do processo de pesquisa, foi possível estabelecer contato com outros indivíduos vinculados à Comunidade Quilombola Faveira, tanto residentes no próprio território quanto na zona urbana do município de São João dos Patos. As entrevistas foram transcritas de forma fidedigna, respeitando a oralidade e as expressões dos entrevistados, com o objetivo de preservar a autenticidade das falas e valorizar o modo de falar da comunidade.

Neste artigo, os resultados da pesquisa foram apresentados em quatro partes. Na introdução, são apresentados o tema, a problemática, os objetivos e a relevância da pesquisa, estabelecendo as bases para a discussão. No segundo tópico, intitulado "Revisão da historiografia sobre comunidades quilombolas no Brasil e no Maranhão", são analisadas as contribuições teóricas de autores como Clóvis Moura, João José Reis, Flávio Gomes, Kabengele Munanga e Beatriz Nascimento, com o objetivo de situar a pesquisa dentro do contexto acadêmico e compreender as transformações das discussões sobre quilombos e identidades negras.

O terceiro tópico foca na história da comunidade quilombola Faveira, utilizando relatos orais e fontes históricas para traçar sua trajetória desde 1881 até a sua certificação pela Fundação Cultural Palmares, em 2021, destacando os processos de formação e reafirmação identitária. Por fim, no quarto tópico, intitulado "O processo de autorreconhecimento da Comunidade Quilombola Faveira", o objetivo é discutir como a comunidade tem construído sua identidade coletiva, enfatizando a preservação de sua memória e a luta por direitos no contexto contemporâneo e a reafirmação identitária para comunidades como a Faveira no século XXI.

2 Revisão da Historiografia sobre comunidades quilombolas no Brasil e no Maranhão

Esta pesquisa busca compreender como os quilombos, historicamente vistos como refúgios de escravizados fugitivos, têm sido reinterpretados pela historiografia contemporânea. A partir das contribuições de autores como Clóvis Moura, João José Reis, Flávio Gomes, Kabengele Munanga e Beatriz Nascimento procuramos entender os quilombos não apenas como espaços de resistência ao sistema escravista, mas também como lugares de construção de sociabilidades e de reafirmação das identidades ao longo do tempo. Esses estudos revelam como os quilombos, desde o período colonial até hoje, atuam como símbolos de luta e resistência das comunidades afrodescendentes no Brasil.

Durante décadas, os quilombos foram percebidos como refúgios de escravizados fugitivos. Essa visão começou a ser revisada na segunda metade do século XX, especialmente a partir das obras de Clóvis Moura, como *Rebeliões da Senzala* (1959) e *Dialética Radical do Brasil Negro* (1982). Moura considera os quilombos espaços de contestação ao sistema escravista, bem como estruturas sociais e políticas que desafiavam a ordem vigente. De acordo com Clóvis Moura (1982), os quilombos eram espaços de resistência política e construção de identidades negras autônomas.

Outros estudiosos, como João José Reis e Flávio Gomes, ampliaram essa perspectiva. Em *Quilombos: História e Memória* (1996), Gomes examinou os quilombos como redes sociais integradas ao contexto da sociedade escravista. Ele revelou que esses espaços construíam formas próprias de sociabilidade próprias. Já autores como Kabengele Munanga e Beatriz Nascimento discutem a continuidade histórica entre os quilombos do período colonial e as comunidades contemporâneas. Suas abordagens destacam as lutas por reconhecimento territorial e cultural no pós-abolição, evidenciando as identidades afrodescendentes.

É essencial dar centralidade para as produções de intelectuais negros e dos próprios movimentos sociais. Nesse sentido, o jornal *O Quilombo*, idealizado e produzido sob liderança de Beatriz Nascimento em parceria com Abdias Nascimento, é um exemplo do compromisso intelectual e político destes intelectuais e ativistas. O jornal teve um papel relevante na construção de uma memória coletiva

negra. No contexto do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) foi uma ferramenta de enfrentamento às narrativas tradicionais que muitas vezes limitaram a história dos quilombos ao contexto da escravidão, desconsiderando sua continuidade histórica e política.

O Maranhão, com uma das mais intensas histórias escravistas do Brasil, tem estudos sobre comunidades quilombolas. Campos (2010) destaca a importância da oralidade na preservação das histórias de resistência dos escravizados, evidenciando como essas narrativas contribuem para a construção da identidade negra na região. Mendes (2019) analisa o movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense, ressaltando o papel central dessas comunidades na resistência ao regime escravista e sua adaptação ao ambiente local por meio de estratégias de subsistência e redes de apoio.

Na atualidade, o reconhecimento oficial das comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares impulsionou novas pesquisas. A obra *Quilombolas e o Direito à Terra no Maranhão* (2009), de Benedito Mendes, investiga os desafios contemporâneos, como disputas fundiárias e políticas públicas insuficientes. Estudos recentes também ressaltam o papel das lideranças quilombolas e da oralidade na preservação da memória histórica. Posto isto, a luta pela terra no Maranhão, protagonizada por comunidades quilombolas, deve ser compreendida dentro de um processo histórico que articula memória, identidade e resistência.

Estudos como o de Fiabani (2009) evidenciam que, ainda no século XXI, os quilombos enfrentam violações fundiárias, exigindo a intervenção de movimentos sociais organizados e o apoio de instituições que atuam na defesa dos direitos humanos. Para o autor, a "terra de preto" simboliza não apenas o território, mas também um espaço de pertencimento cultural e ancestral (FIABANI, 2009, p. 3).

Nesse processo de construção das identidades quilombolas no Maranhão, a memória ocupa um papel central. Para compreender os quilombos maranhenses é necessário valorizar as narrativas e as memórias coletivas como elementos fundamentais na reafirmação identitária, na preservação das territorialidades e no enfrentamento dos processos históricos de invisibilização. Segundo Silva (2021), as comunidades quilombolas do Maranhão são espaços vivos de memória e resistência. Elas não são apenas heranças do passado, mas também expressões atuais de identidades negras que se reafirmam no presente.

A territorialidade quilombola também assume papel central nas discussões contemporâneas. O território não é compreendido apenas como espaço físico, mas como espaço simbólico, afetivo e político. É nele que acontecem as relações sociais, as práticas culturais, as formas de trabalho coletivo e os saberes tradicionais. Como aponta Sousa (2023), a luta pelo território não se resume à regularização fundiária, mas envolve também a defesa da dignidade, da cultura e da autonomia dos povos quilombolas.

Fiabani (2009, p. 6) destaca que, ainda em 1980, Mundinha Araújo, uma das principais lideranças do movimento negro maranhense, juntamente com outros militantes, identificou conflitos agrários em comunidades negras como Mandacaru dos Pretos, em Caxias, e Piratininga, em Bacabal. O Jornal O Imparcial, ao publicar a matéria intitulada “Discriminação racial”, deu visibilidade às tensões fundiárias envolvendo as Comunidades negras rurais maranhense, revelando o racismo estrutural presente nas disputas por terra. Essa atuação do jornal evidencia sua importância como instrumento de denúncia e mobilização política.

O estado do Maranhão se destaca nacionalmente por abrigar uma das maiores populações quilombolas do Brasil. De acordo com o levantamento mais recente do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Maranhão é o estado brasileiro com o maior número de territórios quilombolas oficialmente reconhecidos, totalizando 823 localidades identificadas. Esse dado evidencia a força histórica da resistência negra no estado e os desafios persistentes relacionados à garantia dos direitos territoriais e ao acesso efetivo às políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.

3 Formação histórica da Comunidade Quilombola Faveira-MA

A Comunidade Quilombola Faveira, localizada no município de São João dos Patos, no Maranhão, possui uma trajetória histórica marcada por resistência, luta e afirmação identitária. Sua origem remonta ao ano de 1881, quando Dona Bernarda Ribeiro Lima se tornou a primeira habitante da localidade. Ela recebeu um pedaço de terra do proprietário do engenho onde trabalhava e, sob a sombra de uma árvore faveira, construiu sua primeira moradia. A árvore, símbolo de abrigo e força, deu nome à comunidade que desde então se desenvolveu como um espaço de pertencimento e resistência.

De acordo com Jesus Costa (2022, p. 44), a Comunidade Quilombola Faveira ocupa 116 hectares, divididos em três glebas, utilizadas para agricultura e criação de pequenos animais, atividades fundamentais para a subsistência local. Apesar da proximidade com o centro urbano, aproximadamente 11,5 km, a comunidade enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e efetivação de políticas públicas. Como observam diversos autores e lideranças de movimentos sociais, embora a Constituição de 1988 tenha assegurado o direito à terra e à preservação cultural, a efetivação desses direitos ainda enfrenta dificuldades significativas.

Em entrevista realizada com Mateus, líder da Comunidade Quilombola Faveira, para o desenvolvimento deste trabalho, ele compartilhou relatos fundamentais sobre a história da comunidade e as transformações vividas por ela. Segundo informou:

Faveira...Palavra Faveira ela vem da árvore Faveira, devido a primeira moradora a... residente do povoado, ela... sua primeira moradia foi próximo ao Pé-de-Faveira, e aí por isso colocaram o nome da comunidade Faveira, devido a esse Pé-de-Faveira. Quando ela foi o dono do engenho que ela trabalhava, o dono do engenho, ele deu um pedaço de chão e tinha um pé de faveira, ela foi morar debaixo do pé de Faveira, aí por isso Faveira. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

A entrevista realizada com Dona Elisângela possibilitou o acesso a novas informações sobre a formação da Comunidade Quilombola Faveira. Em seu relato, ela atribui um papel importante à figura de Seu Cornélio, que por um período foi companheiro de Dona Bernarda. Segundo Dona Elisângela, Seu Cornélio esteve ao lado de Bernarda nos primeiros momentos da construção da vida comunitária, contribuindo de forma significativa para a organização do território que viria a se tornar a Faveira.

A primeira morada foi dona Bernarda... e o esposo dela, Cornélio. Eles vieram trazidos por água. Quando eles chegaram lá... onde é a Faveira... eles... eles foram escravizados, e mesmo depois... eles gostaram e foram ficando por lá. Aí fizeram moradia. Depois ela ficou mãe solteira, e foi... teve outros filhos... de outros moradores. Ela trabalhava de cozinha... trabalhou na casa de seu Luiz Porto... e na casa do pai do seu Luiz, do Zeca. Ela trabalhava e recebia comida... lá na Malhada Areia. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025)

Na formação da Faveira observa-se que os vínculos familiares desempenharam um papel essencial na consolidação e continuidade da comunidade. Conforme relatado por Dona Elisângela, a comunidade é formada

majoritariamente por descendentes diretos do casal, visto que seus filhos se casaram com primas e outros parentes próximos.

Da geração da Bernarda, os filhos dela, eles foram ficando lá na comunidade. Ainda existe pessoa que conheceu a Bernarda, inclusive o pai do Matheus, tio Duardo, a minha mãe... e várias outras pessoas da comunidade teve esse conhecimento e contato com eles. daí foi desenrolado as famílias... ainda existe os bisneto dessa família. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025)

A permanência de gerações em um mesmo território revela que a luta pela terra está diretamente associada à construção identitária e à preservação da memória coletiva, como afirma Silva (2020). A titulação e o reconhecimento dessas terras têm, portanto, um papel político, histórico e afetivo para os quilombolas, garantindo não apenas a permanência física, mas também a continuidade de sua cultura e de suas relações sociais. Ao refletir sobre a organização comunitária ao longo do tempo, Elisângela afirma:

Daquele tempo eu vejo muito minha mãe falando e minhas tias, que naquele tempo tinha aquelas troca de alimento por outro né... troca de trabalho. Elas era quebradeira de coco, e ainda tem algumas que são. E a Bernarda trabalhou em casa de família e de roça. As mulher panhava algodão, descascava mandioca, elas teciam rede, trabalhava em casa de forno fazendo a farinha... Tinha tanto na nossa comunidade como na Malhada da Areia. E os filho trabalhava junto, não tinha outra coisa pra fazer, e os filho não tinha oportunidade de estudo. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Um dos elementos marcantes da vida coletiva na Faveira é a troca de alimentos e de dias de trabalho entre os moradores, prática comum entre pequenos agricultores e trabalhadoras rurais. Em vez de pagamento em dinheiro, muitas famílias organizam suas atividades produtivas com base na ajuda mútua, em que um dia de serviço na roça de um vizinho é retribuído com outro dia na sua própria plantação. Essa lógica de reciprocidade é essencial para a sobrevivência das famílias, especialmente em tempos de escassez e ausência de políticas públicas adequadas.

Após a morte de Dona Bernarda, seu filho mais velho, Germano, assumiu a liderança da família e adquiriu novas terras, ampliando o território da comunidade. Essa expansão foi essencial para consolidar a Faveira como um espaço de organização social, cultural e econômica, fortalecendo os laços entre os moradores e preservando sua identidade ao longo das gerações. Quando indagado a respeito

das práticas culturais e das religiosidades compartilhadas na comunidade, Mateus destacou:

Rapaz ééé essa é uma parte na qual é O quilombo é O quilombo em si ele trazer muita religiões afro descendente, é o candomblé, a umbanda só que essa religiões elas são religiões que causam preconceito, então, maioria de quem das pessoas que tão ligadas ao essas religião hoje, É o candomblé a umbanda essas religiões afrodescendentes elas é elas têm aquele preconceito em dizer que seguiam aquela religião. Por isso, quase todo mundo migrou para o catolicismo, que é a religião predominante dentro da comunidade, mas isso aí muita gente me pergunta isso. (SILVA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Sobre as práticas religiosas na comunidade, Matheus destacou a ausência de tradições de matriz africana mais comuns em outros quilombos, ressaltando a predominância do catolicismo. Ele menciona o “medo” que perpassa a expressão da religiosidade africana e afro-brasileira, o que pode ser compreendido como parte do racismo religioso tão presente na sociedade brasileira. Foi possível perceber que, embora entre os mais velhos houvesse práticas religiosas associadas à umbanda e a referência a um livro contendo rezas consideradas “fortes”, essas manifestações foram gradualmente modificadas. Nota-se que moradores continuam preservando elementos de sua identidade cultural por meio do festejo e da farinhada, como afirma Matheus:

O festejo. O festejo é uma tradição da comunidade desde São José, que era festejado lá na casa minha tataravó e foi mantido, essa é tradição da comunidade. O festejo, a farinhada, né? são tradição da comunidade. (SILVA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

A fotografia abaixo registra o momento do tradicional leilão realizado durante o festejo de Nossa Senhora de Fátima na Comunidade Quilombola Faveira, prática que integra o catolicismo popular no Brasil e que há séculos faz parte das celebrações dedicadas aos padroeiros das paróquias e comunidades. O leilão amplamente presente, funciona como um importante mecanismo de cooperação, solidária, sustentável e coletiva. Na Faveira, essa tradição vai além da arrecadação de recursos para a manutenção da igreja, obras assistenciais ou projetos comunitários: ela mobiliza os moradores em torno de um objetivo comum, reforçando vínculos e organizando o trabalho coletivo. Cada itens ofertados que geralmente são doações dos moradores, como bolos, pratos típicos, produtos da roça e até mesmo animais da pecuária de subsistência, possuem forte valor simbólico, pois representam o gesto voluntário de cada família em favor da

comunidade. Transmitida entre gerações, essa prática cria um ambiente de partilha e pertencimento, mantém viva uma tradição que sustenta o modo de viver em coletividade.

Figura 1- Noite de Festejo, Comunidade Faveira.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Dona Elisângela também concede visibilidade ao processo tradicional da produção de farinha na Comunidade Faveira, prática coletiva que articula saberes ancestrais com os vínculos sociais e memória. Ela descreve as etapas do trabalho, os instrumentos utilizados e a vivência comunitária envolvida nesse processo:

De junho até agosto, as pessoas fazia farinha. [...] Quando trazia toda a mandioca, [...] o pessoal da comunidade ia pra ajudar a descascar. Aí, no outro dia, ralava a mandioca [...]. Tinha o catitu, que era no motor [...]. A massa era lavada numa rede, e a água ia pra gamela [...]. Aí pegava, desmanchava, tornava a jogar a tapioca na rede pra lavar. Depois colocava um pano por cima [...] cinzas! Pra chupar a umidade da tapioca [...]. Era muito divertido. Sai muita história dos tempos atrás [...] dos parentes que já não tão mais entre nós. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

A descrição técnica da produção de farinha revela a farinhada como um espaço simbólico de transmissão de conhecimentos tradicionais, memória e afetividade. Cada etapa, a partilha de tarefas, o uso de ferramentas tradicionais e a referência aos saberes herdados demonstram a importância da oralidade e da vivência como formas de manutenção cultural. A farinhada é um momento de encontro entre diferentes gerações, em que histórias e experiências são

compartilhadas. Dona Elisângela destaca igualmente a continuidade dos festejos como parte essencial da memória coletiva e da vida comunitária.

O festejo é uma tradição da comunidade. No tempo da minha avó... chamava de novena. Mas hoje... é só festejo mesmo. Naquele tempo... tinha as ladainhas... Tinha as noites de terça... os festejos era na casa de cada um... porque não tinha a igreja. A gente não tem aquela cultura de quilombo... as danças de quilombo... Porque a gente não sabia que era quilombo. Aí... só depois da pesquisa... foi que a gente se entendeu. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Dona Elisângela também reflete sobre a ausência de uma consciência quilombola no passado, explicando que muitos moradores desconheciam a identidade coletiva como remanescentes de quilombo, reconhecimento que só se consolidou após o início das pesquisas e processos de mobilização pelo autorreconhecimento da comunidade. O festejo ultrapassa a dimensão religiosa e passa a ser também um símbolo de pertencimento. A religiosidade sempre esteve presente na vida dos moradores da Comunidade Faveira, manifestando-se tanto através do catolicismo tradicional quanto por meio de práticas populares e sincréticas.

Para Ferretti, “o termo ‘sincretismo’ é muitas vezes evitado por pesquisadores por carregar um sentido negativo, associado à ideia de uma mistura confusa de elementos diferentes ou à imposição de perspectivas evolucionistas e coloniais.” (FERRETTI, 1998, p. 183). Sérgio E. Ferretti analisa o sincretismo religioso afro-brasileiro como um fenômeno complexo que expressa tanto dominação quanto resistência cultural. Para o autor, o “sincretismo não deve ser visto como uma simples fusão passiva de elementos religiosos distintos, mas sim como uma forma ativa de resistência por parte das populações negras que foram escravizadas e de seus descendentes, sobretudo no contexto brasileiro” (1998, p. 188-189).

Apesar das transformações ao longo do tempo, os saberes vinculados às práticas religiosas têm sido preservados e transmitidos, especialmente pelos moradores mais antigos. Atualmente esses saberes permanecem vivos como parte da memória cultural da comunidade, configurando-se como elementos essenciais para a compreensão de sua história e identidade.

Figura 2- Igreja e Praça da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

A imagem acima é da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Vale dizer que a igreja católica serve na Comunidade Faveira não apenas como local de culto, mas também como espaço de convivência comunitária, abrigando reuniões da Associação de Moradores e outros eventos sociais. Como explica Dona Elisângela:

A gente ainda não tem a sede da associação no quilombo...As nossas reuniões são feitas na igreja da comunidade mesmo...Mas a gente tá lutando com essa proposta aí, né?... de ter a nossa... nem que seja pequena... mas que seja um espaço pra nossa associação, lá mesmo na comunidade. .(LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Ao longo de sua trajetória, a Comunidade Quilombola Faveira enfrentou inúmeros desafios estruturais que impactam diretamente a qualidade de vida de seus moradores. Um dos exemplos mais significativos foi o fechamento da única escola local em 2013, a Escola Municipal Germano Carlos, inaugurada em 21 de abril de 1987. A ausência da escola forçou os jovens da comunidade a se deslocarem diariamente para localidades vizinhas, enfrentando longos percursos.

Para ilustrar de maneira mais objetiva a situação estrutural enfrentada pela comunidade, apresenta-se a seguir a imagem da antiga unidade escolar local. O registro fotográfico permite visualizar as condições físicas da escola Municipal Germano Carlos, o prédio encontra-se destinado à futura implantação de um posto de saúde. O registro fotográfico permite visualizar as condições da estrutura e compreender tanto a importância histórica da escola quanto às mudanças previstas para o território, marcadas pela substituição de um equipamento educacional por um serviço essencial de saúde.

Figura 3- Unidade Escolar.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Antes de seguirem para a cidade de São João dos Patos, os estudantes precisam primeiro chegar à comunidade mais próxima para, então, embarcar no transporte escolar, o que torna o acesso à educação uma rotina exaustiva e desafiadora.

Estudos sobre comunidades quilombolas maranhenses apontam que a falta de investimentos em infraestrutura básica como estradas, saneamento e iluminação é um dos fatores que mais impactam a qualidade de vida e aprofundam desigualdades históricas no estado. De acordo com o IBGE (2022), grande parte dos territórios quilombolas brasileiros ainda enfrenta déficits significativos em serviços básicos, o que reforça a permanência de desigualdades estruturais que atingem diretamente comunidades como a Faveira. No caso da comunidade, essa realidade se materializa no cotidiano dos moradores, que enfrentam limitações que restringem o direito de ir e vir e dificultam o acesso pleno a políticas públicas. Durante a visita de campo realizada para este trabalho, foi possível observar e registrar fotograficamente essas condições.

Figura 4- Vias da comunidade Faveira e modo de vida.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Apesar dessas dificuldades, importantes avanços foram conquistados nas últimas décadas. Destacam-se a instalação de iluminação pública, a construção de uma praça, a perfuração de poços para o abastecimento de água, assim como o projeto para a implantação de um posto de saúde.

Durante a visita de campo, algo que chamou atenção de forma particular, foi a presença do riacho que atravessa o acesso à Comunidade Quilombola Faveira, especialmente porque seu curso corta exatamente a estrada principal da comunidade e molda, ainda hoje, as condições de deslocamento dos moradores. A imagem a seguir registra esse ponto de acesso, evidenciando como o ambiente natural continua influenciando a mobilidade no território.

Figura 5- Riacho da comunidade Faveira.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Essa característica ambiental se articula com padrões de ocupação observados em diversos quilombos maranhenses. Estudos sobre a formação desses territórios no estado mostram que grupos quilombolas frequentemente se instalaram em áreas cercadas por barreiras naturais como: riachos, igarapés, brejos e baixões, que dificultavam o avanço de invasores e garantiam condições de proteção e autonomia. Conforme analisa Gomes (1996), recursos naturais que funcionavam como obstáculos ao acesso eram amplamente utilizados como estratégias de defesa e de manutenção do território, aspecto que também se verifica na experiência

maranhense. No caso da Faveira, o riacho que até os dias atuais transborda no período chuvoso e torna a comunidade temporariamente inacessível pode ser interpretado como remanescente dessa lógica histórica de ocupação, revelando como elementos ambientais foram fundamentais para a sobrevivência e organização dos territórios negros rurais no Maranhão.

4 O processo de autorreconhecimento da Comunidade Quilombola Faveira

Um marco significativo na história da Faveira foi a certificação oficial como comunidade quilombola. Esse reconhecimento, fruto de uma luta iniciada em 2012 junto à Fundação Cultural Palmares, concretizou-se em 14 de setembro de 2021, com a emissão da Certidão de Autodefinição nº 0154510/2021 por essa instituição federal. No ano seguinte, em 16 de setembro de 2022, o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial (SEIR), também emitiu a Certidão de Autodefinição nº 0002/2022, reforçando o reconhecimento da identidade quilombola da comunidade. Tais documentos simbolizam a valorização das raízes afrodescendentes dos moradores e reforçam seu sentimento de pertencimento coletivo.

Como destacam Peixoto e Diaz (2021), a certificação não apenas legitima a existência histórica das comunidades quilombolas, mas também fortalece sua identidade frente à sociedade, possibilitando o acesso às políticas públicas e aos direitos constitucionais. O processo de autorreconhecimento da Comunidade Quilombola Faveira reflete uma caminhada histórica de organização e luta por direitos. A formação da comunidade remonta a 1881, mas foi em 2012 que os moradores iniciaram a articulação formal para conquistar o reconhecimento como remanescentes quilombolas.

A Associação Quilombola dos Agricultores Rurais da Faveira, fundada em 19 de agosto de 2019, foi um dos espaços em que a mobilização coletiva ocorreu, por meio da reunião realizada na própria comunidade, no município de São João dos Patos. A criação da mesma ocorreu nas dependências da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, espaço que, além da dimensão religiosa, também se constitui como local de organização social e política da comunidade. O primeiro encontro foi presidido por Jardel Miranda da Silva, aliado da comunidade desde os primeiros passos do

processo de autorreconhecimento, e contou com a condução dos trabalhos por Eduardo Muritim (registro dos trabalhos) e Ana Cristina Pereira Monteiro (deliberações).

Na ocasião, foi eleita a primeira diretoria, tendo como presidenta Francisca Silva de Sousa, acompanhada de lideranças locais, tais como: Anastácio Carlos de Oliveira (vice-presidente), Matheus Silva de Sousa (primeiro secretário) e Eduardo Pereira de Sousa (primeiro tesoureiro), além dos demais membros da diretoria e do conselho fiscal.

Ao relembrar o processo de mobilização da Comunidade Quilombola Faveira para a conquista da certificação, um aspecto que se destaca é a persistência de algumas lideranças locais mesmo diante do descrédito inicial de parte da própria comunidade. Entre essas lideranças, Dona Francisca, ocupa um papel fundamental. Apesar do ambiente de incertezas, marcado por dúvidas sobre as implicações do reconhecimento quilombola, Seu Anastácio manteve firme sua posição ao lado de Dona Francisca, uma das principais articuladoras do movimento.

Juntos atuaram como referências de resistência, incentivando os moradores, participando das reuniões, esclarecendo dúvidas e reforçando a importância da identidade quilombola como caminho de direitos e reconhecimento. De acordo com o relato de Seu Anastácio:

A primeira pessoa que começou com isso né, a reunir o pessoal foi a Francisca, ela é que foi o pivô, desde do começo, ela quem começou a fazer a comunidade se juntar, foi ela que esteve à frente desde do início, dando apoio e incentivando o pessoal. Muitos diziam que não ia ser possível, que não ia dar certo, que ninguém acreditava, mas ela sempre acreditou e foi através dela que a gente se juntou e foi atrás até conseguir. (OLIVEIRA, entrevista concedida a SOUSA, 2025)

A eleição de Francisca como primeira presidenta da Associação Quilombola dos Agricultores Rurais da Faveira não foi um acaso, mas o reconhecimento de seu papel na mobilização da comunidade. Como relembra o senhor Anastácio Carlos de Oliveira em sua fala sobre Francisca Silva de Sousa, sua trajetória dialoga com uma característica recorrente em comunidades quilombolas: o protagonismo das mulheres em cargos de liderança, responsáveis por articular, incentivar e manter a coesão social do grupo. Durante a entrevista realizada para este estudo, foi questionado ao senhor Anastácio qual havia sido o momento mais marcante na luta pelo reconhecimento da Comunidade e como ele se sentiu. Ele respondeu:

Rapaz, se eu falar pra você... todo esse processo foi demorado, mas eu lá dentro de São Luís, dentro de um editorial muito grande, perto do palácio do governo, e eu não lembro nem quantas comunidades estavam lá para receber o certificado de quilombola, tinha meio mundo de secretários. Quando gritaram: “Certificado Quilombola de Faveira!”, vou falar pra você, eu chorei. Foi uma emoção muito grande ser aplaudido por aquela quantidade de gente, ainda mais porque eu estava representando toda a comunidade, mesmo não sendo o presidente. Senti muita alegria, só alegria, e muita emoção” (OLIVEIRA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Embora a presidenta da comunidade, Dona Francisca, não pudesse comparecer ao evento, a representatividade da comunidade foi assegurada pelo então vice-presidente, senhor Anastácio, que participou em nome de todos os moradores. Sua presença não apenas simbolizou a união e a coletividade da comunidade, como também reforçou o sentimento de pertencimento e a identidade quilombola que permeia o grupo. O relato de Anastácio evidencia a importância do momento: a alegria, o orgulho e a emoção ao ver a conquista reconhecida diante de autoridades e demais comunidades, revelando a importância do certificado não apenas como documento oficial, mas como marco de luta, valorização da história e da memória coletiva da Faveira.

Ao ser perguntado sobre como se sente em relação à sua identidade enquanto quilombola, Seu Anastácio respondeu:

Que a gente pertence a algum lugar, a gente tem esse vínculo e a gente sabe, e quando a gente anda pelos lugares as pessoas dizem: Esse é da Faveira, é quilombola... e a gente tem orgulho, sente orgulho disso. (OLIVEIRA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Sua fala revela que a identidade quilombola ultrapassa a dimensão formal e assume um caráter simbólico. Para Anastácio, ser quilombola significa afirmar um vínculo coletivo e territorial, que reafirma a memória e a história da comunidade. Ao mesmo tempo, sua resposta demonstra o sentimento de orgulho e pertencimento, indicando que a identidade é também afetiva, carregada de reconhecimento e valorização diante do olhar do outro. Assim, a autoafirmação “eu sou quilombola” não é apenas uma identificação externa, mas um ato de resistência, memória e dignidade.

Concluído o período de quatro anos de vigência do mandato exercido por Francisca, foi realizada uma nova eleição para a gestão da Associação Rural dos Quilombolas da Comunidade Faveira. Nessa eleição, Matheus, filho de Francisca, foi eleito para o cargo de líder, enquanto Elisângela assumiu a função de tesoureira.

Ambos tomaram posse no dia 20 de agosto de 2023, durante a Assembleia Geral dos associados, marcando o início de uma nova etapa na organização e administração da comunidade.

Dona Elisângela, que, embora não estivesse presente fisicamente durante o período do reconhecimento formal da comunidade Faveira, demonstra compreensão dos fundamentos que legitimam essa identidade coletiva. Para ela, o reconhecimento só é possível quando parte da própria comunidade:

só é quilombo se o pessoal, a comunidade, aceitar, né? Verdade, eu penso mais ou menos assim... Aí, como toda a comunidade aceitou, aprovou... e tinha vestígios, e tinha... realmente vestígios que a gente é descendente de quilombo, então foi tudo mais fácil. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025)

Essa afirmação está em consonância com o que estabelecem as normativas brasileiras sobre os direitos das comunidades remanescentes de quilombo, como o Decreto nº 4.887/2003, que considera a autodefinição como critério central no processo de reconhecimento. Dona Elisângela também aponta que, mesmo diante da distância geográfica naquele momento, vivendo em Morro Agudo, São Paulo, acompanhava o processo e soube que houve aceitação unânime entre os moradores. A ausência de resistência interna é um fator que, segundo ela, facilitou os trâmites.

Sua fala evidencia ainda a importância da memória e da história oral como fundamentos do reconhecimento, ao mencionar que a pesquisa realizada com moradores da própria Faveira e de comunidades vizinhas permitiu resgatar a história da primeira moradora e fortalecer o sentimento coletivo de pertencimento. Assim, ainda que o processo foi precedido por um percurso mais demorado no âmbito legal da pesquisa de reconstrução identitária a partir das narrativas locais.

A experiência narrada por Elisângela revela que o reconhecimento quilombola não se limita à esfera burocrática, mas envolve um movimento interno de reafirmação da ancestralidade, das histórias compartilhadas e dos laços comunitários, mesmo por aqueles que, como ela, estavam fora da comunidade naquele momento, mas seguem profundamente vinculados à comunidade por meio da memória, da família e da identidade.

No caso da Comunidade Faveira, o processo de autorreconhecimento como comunidade quilombola não se deu de forma repentina ou imposta por agentes

externos, mas emergiu de uma construção interna, sustentada pela memória oral, pelos vínculos familiares e pelo sentimento de pertencimento a uma história comum. A fala da Dona Elisângela ilustra com essa vivência:

O que faz eu ter reconhecimento de que a Faveira é um Quilombo é... por causa de dona Bernarda, por causa das pessoas... que todos são descendentes de escravos. Todas as pessoas que estão lá são... realmente um Quilombo. É um pessoal que... todos são parentes. Os que não são meus tios são meus primos... são minhas tias. Então... é uma comunidade família mesmo. E é uma comunidade onde... não tem pessoas de fora. Não tem, assim, outro tipo de família. As famílias foram acontecendo assim... um primo casado com o outro. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

O autorreconhecimento quilombola é, sobretudo, um exercício de memória coletiva. Ao lembrar de dona Bernarda como figura de origem geracional e territorial, ela destaca a importância da ancestralidade na construção da identidade comunitária. O forte vínculo familiar e a transmissão de experiências entre as gerações sustentam a noção da Faveira como um espaço de continuidade cultural. Deste modo, as relações de parentesco e experiências de vida compartilhadas sustentam a vida comunitária. Ao afirmar que “todos são parentes”, ela mostra que a coesão do grupo se baseia em laços afetivos e históricos.

O processo de reconhecimento e regularização das terras quilombolas é uma etapa fundamental para garantir a permanência e os direitos das comunidades tradicionais. No caso da Faveira, ainda que o autorreconhecimento e certificação na Fundação Palmares já estejam consolidados, a certificação fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) continua em trâmite. A fala dos moradores revela tanto a expectativa quanto os desafios enfrentados nesse processo.

Eu não sei informar direito... mas acredito que tenha. Dias atrás... eu estava viajando... e teve uma reunião na Faveira... com o pessoal do INCRA, de São Luís... Por causa dos gaúchos... pra que eles não desmatem as terras que pertencem ao quilombo. (LIMA, entrevista concedida a SOUSA, 2025)

Já Matheus confirma que “ainda não temos a certificação do Incra... porque está em processo de legalização.” Esta é a realidade de parte considerável das comunidades quilombolas Brasil afora, embora o direito constitucional seja garantido desde 1988. Ainda assim, as declarações de Dona Elisângela e Matheus revelam a

conscientização crescente da comunidade sobre os seus direitos territoriais. A menção à presença de representantes do INCRA e a apreensão pela iminente ameaça de desmatamento por “gaúchos” destaca a tensão entre a permanência tradicional no território e os conflitos fundiários com agentes externos.

A preocupação com a preservação ambiental das terras do quilombo, nesse caso, está intimamente ligada à luta pelo reconhecimento legal do território enquanto terra de Quilombo. Matheus, como líder da comunidade e presidente da associação de moradores, mobiliza e articula com os demais membros da comunidade o processo de regularização, com ações de elaboração de um plano para o mapeamento territorial. Isso indica uma mobilização política e organizacional necessária para acessar direitos garantidos pela legislação quilombola, evidenciando um movimento de resistência ativa e planejamento comunitário frente às dificuldades burocráticas.

Associação de Moradores da Comunidade Faveira configura-se como um agente central na dinâmica organizacional e sociopolítica da localidade, desempenhando um papel estratégico na mediação entre a população e o poder público. Enquanto instância representativa, atua como ferramenta de mobilização coletiva, possibilitando a articulação de demandas históricas e contemporâneas relacionadas à melhoria das condições de vida, à ampliação do acesso a políticas públicas e ao reconhecimento institucional das especificidades culturais da comunidade.

Nesse contexto, a associação revela-se não apenas como um espaço de reivindicação de direitos, mas também como um local de resistência, fortalecimento identitário e preservação da memória social. Sua atuação contribui para a manutenção das tradições culturais e para a continuidade da luta por visibilidade e justiça social, assegurando que as vozes dos sujeitos quilombolas da Faveira sejam consideradas nos processos decisórios que afetam diretamente o seu território, seu modo de vida e sua permanência enquanto comunidade tradicional.

Ao ser questionada sobre sua identidade quilombola, Dona Elisângela expressa um sentimento de orgulho. Sua resposta mostra a força simbólica e identitária de pertencer a um grupo, ao mesmo tempo em que denuncia as dificuldades enfrentadas por quilombolas na sociedade contemporânea, onde ela diz:

Quando eu soube que eu era de um quilombo...Eu fiquei foi muito feliz. Muito feliz. Eu, ser uma descendente de quilombo... sou uma pessoa muito importante. Nós, descendentes de quilombos, somos pessoas muito importantes. Mas... com nossas dificuldades. Porque o quilombo... nós dos quilombos... é um pessoal que... mesmo você sendo reconhecido... ainda é difícil. É como o racismo nunca vai acabar. Mas é tudo assim... mais difícil. Mas a gente chega lá. Devagarzinho... devagarzinho... a gente chega lá, com fé em Deus. Onde eu chego, eu falo que sou da Comunidade Quilombola Faveira. Se eu chegar em um hospital: Comunidade Quilombola Faveira. Com muito orgulho. Se é numa ficha... quando vou comprar uma roupa... falo: 'pra colocar Comunidade Quilombo Faveira'. Eu sou uma quilombola... com muito orgulho. E eu não tenho vergonha. (LIMA, entrevista concedida SOUSA, 2025).

A fala de Dona Elisângela revela como o pertencimento quilombola é afirmado com orgulho, mesmo diante das desigualdades e do racismo estrutural. Seus gestos cotidianos, como declarar sua origem em fichas ou espaços públicos, reafirmam essa identidade, apesar das dificuldades. Em sua fala, Dona Elisângela reforça que o território não é apenas espaço de pertencimento afetivo, mas também de luta por direitos básicos e dignidade.

Seu Anastácio, quando foi indagado sobre "qual mensagem deixaria para as próximas gerações a respeito da história da comunidade?", destacou a importância da continuidade e da valorização da identidade quilombola. De acordo com as suas palavras:

Olha, o que eu diria para esse pessoal que está chegando hoje.. é que eles cresçam com esse nome, que eles tenham orgulho e que nunca abandonem a Faveira, porque a Faveira foi e é muito importante pra todo mundo que nasceu lá e que eles continuem com esse nome e que eles jamais queiram pisar em alguém, tem que se unir, e que eles tenham uma vida, um futuro bem diferente da minha, porque a minha infância foi bem difícil, não vou reclamar dela, mas foi bem difícil, parecia que quanto mais a gente trabalhava mais difícil ficava, mas hoje tá bem melhor pra eles e que eles continuem gostando da Faveira, amando a Faveira, tendo orgulho desse nome, usando esse nome em qualquer lugar que seja, não se esconder da origem, ter orgulho do nome, da origem e do lugar e da comunidade, isso é o mais importante" (OLIVEIRA, entrevista concedida a SOUSA, 2025).

Essa fala ressalta a dimensão identitária e afetiva que envolve a condição quilombola na Faveira. Para Anastácio, o ato de transmitir às novas gerações o valor da comunidade significa preservar a memória coletiva e fortalecer os laços de pertencimento. Ao destacar a importância do orgulho e do não apagamento da origem, sua fala reforça que a identidade quilombola não é apenas uma marca individual, mas um legado que deve ser cultivado e projetado para o futuro.

Além disso, ao comparar sua infância marcada por dificuldades com a realidade atual, ele expressa uma expectativa de transformação e esperança, apontando que a luta histórica da comunidade deve resultar em melhores condições de vida para seus descendentes. Desse modo, a autoafirmação quilombola emerge não apenas como um reconhecimento social, mas como um ato de resistência e dignidade, fundamental para a preservação da história e para a construção de um futuro mais justo.

5 Considerações finais

Como destaca Beatriz Nascimento (1985), o quilombo deve ser compreendido não apenas como um espaço geográfico, mas como um território de construção coletiva da memória negra. A trajetória da Comunidade Quilombola Faveira, marcada por desafios, resistências e conquistas, evidencia a necessidade de aprofundar pesquisas que preencham as lacunas existentes acerca da sua formação histórica. Este trabalho buscou contribuir para esse processo, mas reconhece que ainda há muito a ser feito, especialmente no que diz respeito à origem da comunidade, aos primeiros moradores e aos registros documentais que podem existir e ainda não foram devidamente localizados.

Mais do que preencher lacunas históricas, este trabalho busca valorizar as memórias vivas da comunidade e incentivar a busca por registros, documentos e vestígios que possam, no futuro, contribuir para a reconstrução detalhada da formação da Faveira. É essencial que os jovens da comunidade sejam protagonistas

desse processo. Conhecer suas origens fortalece a identidade, mantém viva a memória ancestral e cria bases sólidas para reivindicar direitos e projetar o futuro.

Além disso, a pesquisa evidencia a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, capazes de garantir dignidade e permanência no território quilombola. A luta por infraestrutura, saúde, educação e demais direitos constitucionais é contínua e legítima. O discurso dos moradores, como a fala de Dona Elisângela, reforça que o quilombo não é apenas um espaço geográfico, mas um território de vida, memória, orgulho e resistência.

Este trabalho teve o intuito de servir como um convite para novas pesquisas e como um estímulo para que as futuras gerações da Comunidade Quilombola Faveira se reconheçam como autoras, guardiãs e protagonistas de sua própria história. É fundamental que os membros da comunidade assumam esse papel, conduzindo o processo de valorização e reconstrução da memória coletiva. Por isso, é necessário abrir caminhos para novas investigações, promover políticas públicas inclusivas e assegurar que as vozes da comunidade sejam ouvidas, respeitadas e fortalecidas, garantindo que as próximas gerações conheçam, preservem e continuem contando a história da Faveira com orgulho e pertencimento.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Fontes:

LIMA, Elisângela de Sousa Matos. **Entrevista concedida** a Mailson David Brito de Sousa. Comunidade Quilombola Faveira, 05 jun. 2025.

OLIVEIRA, Anastácio Carlos de. **Entrevista concedida** a Mailson David Brito de Sousa. São João dos Patos – MA, 18 set. 2025.

OLIVEIRA, Domingos Carlos de. **Entrevista concedida** a Mailson David Brito de Sousa. Comunidade Quilombola Faveira, 18 abr. 2025.

SOUSA, Matheus Silva de. **Entrevista concedida** a Mailson David Brito de Sousa. Entrevista online, 08 jun. 2024.

6.2 BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BERNARDES, Regina H.; NASCIMENTO, Luiz A. S.; MENDONÇA, Valdenia C. M. **Território Quilombola: identidade étnica da Comunidade Faveira**. 2019. Trabalho apresentado no IFMA – Campus São João dos Patos, São João dos Patos – MA..

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988**. Cria a Fundação Cultural Palmares, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7668.htm. Acesso em: 06 dez. 2024.

CAMPOS, Maria José; MENDES, Benedito. **Quilombos do Maranhão: Experiências e Resistências**. São Luís: EDUFMA, 2010.

COSTA, Jesus Vênus Silva. **Relações ambientais na Comunidade Quilombola Faveira, São João dos Patos (MA): uma análise com a matriz curricular de Biologia no Ensino Médio**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2022.

FIABANI, Adelmir. **Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra**. Estudos Históricos - CDHRP, n. 2, p. 01-19, ago. 2009. ISSN 1688-5317.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos**: História e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: População quilombola do Brasil: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JONAL O QUILOMBO: **Vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, 09 dez. 1948. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/?s=Jornal+o+quilombo>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MARQUES, Felipe. **A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos**: limites e potencialidades. SciELO, 2008.

MENDES, Benedito. **Quilombolas e o Direito à Terra no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2009.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

MOURA, Clóvis. **O movimento negro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. **O Quilombo e a Resistência Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. **O Quilombo**: comunicação a serviço da liberdade. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1980. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/?s=Jornal+o+quilombo>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PEREIRA, Lucas. **Cultura, identidade e resistência nas comunidades quilombolas do Maranhão**. 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.13, 1989.

PRIORI, A. et al. **Produção artesanal em comunidades quilombolas**: tradições e identidade. Revista do Patrimônio, São Paulo, n. 12, 2012.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio**: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, J. **Territórios Quilombolas**: história, direito e políticas públicas. 1. ed. São Paulo: D'Plácido, 2020.

SILVA, João dos Santos. **As identidades quilombolas contemporâneas**: nuances das experiências do Maranhão. 2021.

SILVA, José Carlos. **Direitos quilombolas e desafios do reconhecimento territorial**. Revista Direitos Humanos, v. 3, n. 1, p. 55-72, 2020.

SOUSA, Ana Cláudia. **Identidade e cultura dos quilombos contemporâneos do Maranhão**: um estudo sobre narrativas escritas de comunidades quilombolas de Itapecuru Mirim. 2023.

VALE, R. et al. **Atividades econômicas em comunidades quilombolas**. Estudos Afro-brasileiros, v. 8, n. 1, 2018.